



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA Nº 011/2013**

**PROCESSO Nº 0275/2013**

**LICITAÇÃO Nº 036/2013 - Pregão Eletrônico**

**VALIDADE: até 10.04.14**

Aos **10** dias do mês de **ABRIL** de 2013, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420 e Rua Goiás nº 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, pelas Leis Estaduais nº 13.994, de 18.09.2001, nº 14.167, de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais nº 44.786 e nº 44.787, ambos de 18.04.2008, nº 45.902, de 28.01.2012, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, a seguir denominada simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

**FORNECEDOR:**

**LOTES 1 e 2 - PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA**, com sede na Rua Carmo da Cachoeira, 217 – 2º andar, Salgado Filho, em Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.266.248/0001-48, neste ato representada por sua procuradora, Sra. Ana Paula da Silva de Oliveira, residente na Rua Ana Lúcia nº 155, Bairro Novo das Indústrias, Belo Horizonte/MG, portador da Carteira de Identidade nº MG-13.345.250, SSP/MG, CPF nº 060.438.496-31.

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de escritório, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital e proposta da Contratada apresentada à **Licitação 036/2013 - Pregão Eletrônico**.

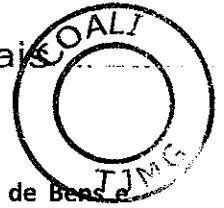
**1.1.** Este instrumento não obriga o **TRIBUNAL** a adquirir o (s) objeto nele registrado (s) nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

**DOS PREÇOS**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Os quantitativos, marcas, preços e fornecedor registrado encontram-se relacionados no **Anexo I** desta Ata.

**DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.



#### **DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**CLÁUSULA QUARTA.** O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

#### **DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**CLÁUSULA QUINTA.** O TRIBUNAL fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

**5.1.** Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

#### **DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO**

**CLÁUSULA SEXTA.** O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **15 (quinze) dias úteis**.

**6.1.** Local e horário para entrega: Os materiais deverão ser entregues Coordenação de Controle de Material de Consumo – COMAT, situada no Galpão Camargos, Rua Sócrates Alvim, nº 10, Vila Virgínia, Bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, das 08:30 às 11:30 horas e das 12:30 às 16:30 horas.

**6.1.1.** O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31)3419-9700 e (31)3419.9701, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

#### **DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**7.1** O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

**7.1.1.** O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

**7.1.2.** O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

**7.2.** Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

**7.3.** Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

**7.4.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

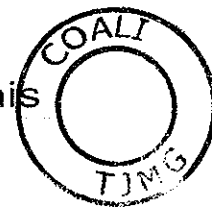
#### **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**CLÁUSULA OITAVA.** Constituem obrigações:

##### **8.1. DO TRIBUNAL:**

**8.1.1.** Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

**8.1.2.** Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.



**8.1.3.** Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

**8.1.4.** Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**8.2. DO FORNECEDOR:**

**8.2.1.** Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

**8.2.2.** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

**8.2.3.** Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

**8.2.4.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

**8.2.5.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

**8.2.6.** A Ata poderá sofrer alterações quantitativas, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 17 do Decreto Estadual nº 44.787/2008.

**8.2.7.** Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

**8.2.8.** Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

**8.2.9.** Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

**8.2.10.** Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

**DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA NONA.** O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

**9.1.** No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

**9.2.** Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

**9.3.** O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo – COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

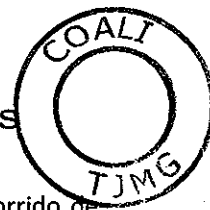
**9.4.** O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

**9.5.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

**9.5.1.** Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

**9.6.** O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

**9.7.** Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.



9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, “pro rata tempore”, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%

### DAS ALTERAÇÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA.** O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 15 do Decreto Estadual nº 44.787 de 18.04.2008, desde que devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

### DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

#### **11.1. Pelo TRIBUNAL:**

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

#### **11.2. Pelo Fornecedor:**

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

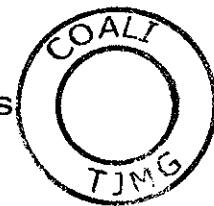
11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no “Diário do Judiciário Eletrônico”, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.



#### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) Multa, observados os seguintes limites:
  - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
  - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do inciso do II do art. 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012 e demais disposições correlatas, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) Descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais.

**12.1.** A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar a Autorização de Compra, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

**12.2.** A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

**12.3.** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

#### **DA TROCA DE MARCA**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O procedimento para troca da marca inicialmente registrada dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

**13.1.** A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
- b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

**13.2.** A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços;
- b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de Compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

**14.1.** Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização do TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP.

**14.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**14.3.** As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.



14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

**DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 10 de ABRIL de 2013.

Pelo TRIBUNAL:

JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES  
Desembargador Presidente

Pelo Fornecedor:

Ana Paula da Silva de Oliveira  
Procuradora

Testemunhas:

*[Assinatura]*  
TJ1804-4

*[Assinatura]*  
TJ 8338



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

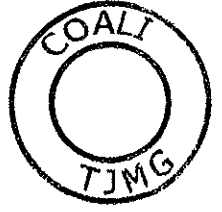
**ANEXO I - DA ATA – QUANTITATIVOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDOR**  
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 011/2013)

LOTE	ITEM	CÓDIGO TJMG	QUANT. REGISTRADA	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA/MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
1	1.1	15.10.038-3	4.000	Rolo	Fita adesiva, 12mm x 30m, cor amarela.	Fit-pel	0,55	Papelaria Irmãos Borges Ltda
	1.2	15.10.039-1	4.000	Rolo	Fita adesiva, 12mm x 30m, cor azul.	Fit-pel	0,55	Papelaria Irmãos Borges Ltda
	1.3	15.10.040-5	5.000	Rolo	Fita adesiva crepe, 19mm x 50m, cor branca.	Eurocel	2,01	Papelaria Irmãos Borges Ltda
	1.4	15.10.042-1	8.000	Rolo	Fita adesiva, 12mm x 30m, transparente.	Fit-pel	0,53	Papelaria Irmãos Borges Ltda
	1.5	15.10.043-0	4.000	Rolo	Fita adesiva, 12mm x 65m, transparente.	Fit-pel	0,93	Papelaria Irmãos Borges Ltda
	1.6	15.10.044-8	4.000	Rolo	Fita adesiva, 12mm x 30m, cor preta.	Fit-pel	0,55	Papelaria Irmãos Borges Ltda
	1.7	15.10.045-6	4.000	Rolo	Fita adesiva, 12mm x 30m, cor verde.	Fit-pel	0,55	Papelaria Irmãos Borges Ltda
	1.8	15.10.046-4	5.000	Rolo	Fita adesiva, 12mm x 30m, cor vermelha.	Fit-pel	0,55	Papelaria Irmãos Borges Ltda
	1.9	15.10.203-3	4.000	Rolo	Fita adesiva, 12mm x 30m, cor rosa.	Fit-pel	0,55	Papelaria Irmãos Borges Ltda
2	2.1	15.20.013-2	500	un	Suporte de mesa grande, em plástico, para fita adesiva 12,0mm x 65,0m, com roldana plástica, na cor preta. Nas medidas externas mínimas de 19,0 x 8,5 x 8,5cm (comprimento x largura x altura) – sem fita.	Waleu	8,57	Papelaria Irmãos Borges Ltda



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

2.2	15.20.014-0	1.500	un	Suporte de mesa pequeno, em plástico, para fita adesiva 12,0mm x 33,0m, com roldana plástica, na cor preta. Nas medidas externas mínimas de 14,0 x 5,5 x 5,5cm (comprimento x largura x altura) – sem fita.	Jocar	4,27	Papelaria Irmãos Borges Ltda
-----	-------------	-------	----	---	-------	------	------------------------------





Ferrara Marcolino – 14ª Cível	se ausentar do país, a partir de 17.04.13
----------------------------------	--

Deferindo ao(s) Juiz(es) de Direito da comarca de Belo Horizonte abaixo relacionados, a(s) compensação(ões), em dias úteis, nos termos da legislação vigente:

Magistrado / Vara	Dias/Período
Anna Carolina Goulart Martins e Silva – 111ª JDS em exercício nos Juizados Especiais de Belo Horizonte	02 dias úteis em 25 e 26.03.13
Antônio João de Oliveira – 10ª JD da 4ª Unidade Jurisdicional dos Juizados Especiais	01 dia útil em 01.04.13
Eveline Mendonça, Felix Gonçalves – 20ª JD da 7ª Unidade Jurisdicional dos Juizados Especiais	02 dias úteis em 16 e 17.05.13
Lufs Fernando de Oliveira Benfatti – 22ª JDA	02 dias úteis em 25 e 26.03.13
Melissa Pinheiro Costa Lage – 24ª JDA	07 dias úteis, a partir de 08.05.13
Perla Saliba Brito – 44ª JDS Cooperadora na Vara Infração da Infância e da Juventude	08 dias úteis, a partir de 10.04.13
Sérgio Castro da Cunha Peixoto – 11ª JD da 4ª Unidade Jurisdicional dos Juizados Especiais	02 dias úteis em 23 e 24.03.13
Simone Saraiva de Abreu Abras – 37ª JDA	02 dias úteis em 18 e 19.04.13

Deferindo ao(s) seguinte(s) Juiz(es) de Direito abaixo relacionado(s), licença(s) diversa(s), nos termos da legislação vigente, ficando retificada a publicação no "Dje" de 19.03.13, somente no tocante à substituição da magistrada, conforme segue:

Magistrado / Vara	Dias/Período	Substituto/Cooperador
Letícia Drummond – JD da 2ª Vª Cível da Comarca de Ouro Preto e que responde pela 1ª Vª Cível da mesma Comarca	Licença-maternidade de no período de 08.03 a 03.09.13	- De 08.03 a 07.04.13-Na 2ª Vª Cível – Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva – Juíza de Direito da Vª Criminal, da Infância e Juventude da Comarca de Ouro Preto; - De 08.03 a 07.04.13- Na 1ª Vª Cível – Edelberto Vasconcellos Santiago – Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Ouro Preto. - Na 2ª Vª Cível -De 08.04 a 03.09.13 – Paulo Sérgio Vidal – Cooperador da Comarca

Deferindo ao(s) seguinte(s) Juiz(es) de Direito abaixo relacionado(s), licença(s) diversa(s), nos termos da legislação vigente, conforme segue:

Magistrado / Vara	Dias/Período	Substituto/Cooperador
Mônica Alessandra	Licença-maternidade	- De 22.03 a 07.04.13 – Fernanda

Machado Gomes – JD da Vª de Execuções Criminais e de Precatórios Cíveis e Criminais da Comarca de Unai	de no período de 22.03 a 17.09.13	Laraia Rosa – JD da 1ª Vª Cível, Criminal e de Feitos Cíveis da Infância e da Juventude da Comarca de Unai; - De 08.04 a 17.09.13 – Fabrício Simão da Cunha – JD da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Unai
--	-----------------------------------	---

Deferindo ao(s) seguinte(s) Juiz(es) de Direito abaixo relacionado(s), licença(s) diversa(s), nos termos da legislação vigente, conforme segue:

Magistrado / Vara	Dias/Período	Substituto/Cooperador
Valéria Possa Dornellas – JD da Comarca de Barroso	Licença-maternidade de no período de 01.04 a 27.09.13	- Pedro Parcekian – 1ª Vª Criminal, da Infância e da Juventude da Comarca de São João Del Rei

## CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS

10 de abril de 2013

De ordem do MM. Juiz de Direito, Ramon Tácio de Oliveira, da CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS - CEPREC, ficam intimadas as partes e procuradores a seguir, das decisões e despachos, conforme lista em discriminação.

Marilene de Vasconcelos Albrigo  
Assessora Técnica II

Precatório nº: 1/2005 Alimentar  
Credor: Santos Segurados S/A  
Devedor: MUNICÍPIO DE RIO MANSO  
Advogado(s): Maria Helena Gurgel Prado OAB/Sp 75.401; Pollyanna Mara Ribeiro de Miranda Brasil OAB/MG 108.534; Jacqueline de Paula Barbosa OAB/MG 85.647  
Extrato de decisão/despacho: Intime-se o Município de Rio Manso Para depositar o valor de R\$ 31.886,75, sob pena de bloqueio na conta do Fundo de Participação do Município.

Precatório nº: 4/2011 Comum  
Credor: BPA Transportes Ltda  
Devedor: MUNICÍPIO DE CURVELO  
Advogado(s): Fabrício Magalhães Neto OAB/MG 84.395; Juliano Junqueira de Faria OAB/MG 84.646  
Extrato de decisão/despacho: OFICIE-SE ao juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Curvelo para que informe sobre o cumprimento do ofício nº 2305/2012, encaminhado pela Asprec, em que foi feita uma solicitação ao juízo da origem para transferir os valores existentes nas contas judiciais nº 1400132511828 e 1600132512132 para a conta vinculada à Ceprec de nº 1500134172329 do Município de Curvelo. Após deliberarei sobre o pedido de fls. 66/67.

Precatório nº: 38/2010 Comum  
Credor: Parceria Conservação e Serviços Técnicos Ltda  
Devedor: MUNICÍPIO DE PASSOS  
Advogado(s): Maurílio Ramos de Sá OAB/MG 95.196; Adalberto Minchillo Neto OAB/MG 110.188; Rodrigo Moraes Soares Maia OAB/MG 107.853; Pollyana Santos OAB/MG 73.222; olandia Feliz de Oliveira OAB/MG 96.616  
Extrato de decisão/despacho: (...) Este pedido não pode ser atendido. A quantia penhorada, crédito dos

requerentes, foi transferida para conta judicial à disposição do juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Passos, conforme ofício de fls. 80 e 82. Encaminhem-se novamente os autos à Central de Arquivo.

Precatório nº: 4/2008 Comum  
Credor: Construtama Ltda  
Devedor: MUNICÍPIO DE ITURAMA  
Advogado(s): Clóvis Domiciano OAB/MG 45.613  
Extrato de decisão/despacho: Intime-se a credora para requerer o que de direito.

Precatório nº: 10/2011 Alimentar  
Credor: Francisco Tavares - Espólio  
Devedor: MUNICÍPIO DE BARROSO  
Advogado(s): Gian Miller Bransão OAB/MG 93.019; Lauro César Lamounier OAB/MG 114.457  
Extrato de decisão/despacho: Manifeste-se o Município de Barroso, em 10 dias, sobre a exigência ou não do recolhimento das contribuições previdenciária e patronal, incidentes sobre o crédito de Ana Izabel Ferreira de Melo. Após, conclusos.

## SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

### DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva: Selma Michaelsen Dias

Gerência de Compra de Bens e Serviços  
Gerente: Henrique Esteves Campolina Silva  
10.04.2013

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2013

Processo: 275/2013  
Licitação: 036/2013  
Modalidade: Pregão Eletrônico  
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material para escritório.  
Vigência: de 10.04.2013 a 10.04.2014

### Lotes 1 e 2: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no sítio [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br) link licitações

### AVISO

Licitação: 025/2013  
Processo: 0109/2013  
Modalidade: Pregão Eletrônico  
Objeto: Aquisição de carpete para o Auditório do Anexo I do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e para os Plenários 01, 02, 03, 04 e 05 do Palácio da Justiça, incluindo instalação, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital.  
Data da sessão pública: 24.04.2013, sendo:  
- Recebimento das propostas até às 09h00min.  
- Abertura das propostas às 09h00min.  
- Início da disputa às 09h30min.  
Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer download do edital no sítio [www.tjmg.jus.br/](http://www.tjmg.jus.br/) Transparência/Licitação – 2013. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua Timbiras, 1802, de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

### AVISO